

Para analistas, dinheiro pode ir para título público

Juros elevados e fraca atividade econômica dificultam a ampliação de empréstimos

A maior parte dos analistas considera positiva a redução dos compulsórios, mas avalia que o impacto da medida sobre a economia não será dos maiores. O custo do crédito deve cair um pouco, mas há muito ceticismo quanto à possibilidade de aumento do volume da oferta de empréstimos, pois é possível que os bancos direcionem uma parcela expressiva dos R\$ 8 bilhões que serão liberados para comprar títulos públicos.

Para o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, sócio da Tendências, o efeito da medida sobre a atividade econômica no curto prazo não deve ser relevante, pois os juros reais estão em níveis muito elevados. "Aliás, é muito duvidoso que a redução do compulsório seja uma medida de política econômica qualitativamente superior a uma maior ousadia na queda da taxa Selic." Loyola viu uma "pitada política" na

decisão do BC, "já que a repercussão da queda do compulsório será imediata, devendo provocar uma série de anúncios de redução nas taxas cobradas nos empréstimos a pessoas físicas, criando um clima psicológico favorável".

O economista Everton Gonçalves, do Banco BNL, considerou a medida um passo importante para a redução dos spreads. O problema é que, com juros reais elevados e uma fraca atividade econômica, os bancos deverão destinar a maior parte dos recursos para comprar títulos públicos, e não para empréstimos. Outros analistas lembram ainda que parte do dinheiro pode ir para a compra de dólares.

O diretor de Crédito da Nossa Caixa, Joaquim Elói Cirne de Toledo, mostrou-se cético em relação aos efeitos da medida. "Não vai acontecer nada. No máximo, vai aumentar o custo da dívida pública, porque o dinheiro que o governo mantinha parado no BC sem remuneração agora irá, em grande parte, para títulos remunerados", por uma "questão política" alguns bancos naturalmente irão reduzir os ju-

ros, já que seus lucros vão crescer muito com a redução do compulsório.

Para o economista, a política do governo é contraditória. "Lembra Alice no País das Maravilhas, é tudo ao contrário", diz. Ao mesmo tempo em que o governo mantém os juros altos, reduz o compulsório e o IPI, o que incentiva o consumo. "Só que isso não distribui renda, porque incentiva o consumo de classes que podem comprar automóveis."

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Gabriel Ferreira, disse que a liberação de cerca de R\$ 8 bilhões criará condições para o aumento da oferta de crédito. Questionado sobre o fato de haver R\$ 50 bilhões disponíveis no mercado e que não são emprestados, Ferreira afirmou que o próprio custo desse dinheiro inibiu o tomador de crédito. E, com a queda do compulsório, esse custo deve cair. "Houve uma posterga-

ção das decisões de tomada de crédito justamente e por conta da espera de medidas como a de hoje (ontem)", afirmou Ferreira.

O diretor-superintendente do Banco Fibra, João Rabêlo, elogiou a medida, mas disse esperar que o BC também reduza os compulsórios sobre os depósitos a prazo (os CDBs), o

que teria um efeito importante sobre os bancos médios e pequenos. Essas instituições, lembrou ele, não têm recursos significativos nos depósitos à vista (contas correntes) – sua maior fonte de captação de recursos

vem dos CDBs.

Luis Suzigan, economista-chefe da LCA Consultores, acredita que a mudança vai incentivar o consumo de bens duráveis, essencialmente vendidos a prazo. A venda desses bens deve aumentar 5% no segundo semestre em relação a igual período de 2002. (S.L., Patrícia Campos Mello e Francisco Carlos de Assis)

CUSTO DO
CRÉDITO VAI
BAIXAR, DIZ
FEBRABAN